

O que mais precisamos no momento é disciplina

Bem — que o Brasil é um caso especial, fica cada vez mais patente. Nisso tinham razão nossas ufanosas autoridades. Tememos, todavia, que se trate de um caso especialmente negativo. Ainda ontem havia nos jornais a opinião de um banqueiro inglês de que hoje em dia o problema da dívida internacional está bem melhor do que há meses, tendo havido progressos em todos os países... menos no Brasil.

Por que será?

Talvez por sermos muito originais, especialmente originais. Como diziam nossas autoridades logo no comecinho dessa nossa crise de liquidez, não podíamos agir como o México, a Argentina ou a Polônia, porque nosso caso era diferente, e não queríamos cair na consideração dos nossos parceiros, parecendo irresponsáveis. Na visão das autoridades, refletida por quase toda a nossa imprensa na época, os outros devedores estavam agindo de maneira precipitada e pouco séria. Nós agiríamos de modo prudente, com vagar e responsabilidade, apresentando aos nossos parceiros um rol de propostas exequíveis e confiáveis para superação das nossas dificuldades.

Devido a esse alto conceito que temos a respeito de nós mesmos e à alta consideração em que o nosso caso especial é tido nas esferas financeiras internacionais, ficamos para trás. Isto é, na prática estamos recomeçando a negociar meios de superar nossas dificuldades porque nada do que foi feito até o momento deu certo. Apenas a nossa situação de liquidez externa se deteriorou e a conjuntura econômica interna se agravou, enquanto transcorreram os seis meses de exercício das originalidades.

Ficar para trás, isto é, piorar enquanto os outros melhoram — que é efetivamente o que está acontecendo — pode ser um fator positivo para alguns espíritos. Não faltará, no governo, alguém raciocinando que talvez isso nos favoreça, posto que dentro de alguns meses toda a comunidade financeira mundial estará ocupada, com exclusividade, em resolver o nosso problema. Nós, que há muito tempo tiramos nossos óculos cor-de-rosa e recusamos aqueles que as autoridades constantemente nos oferecem, preferimos achar que esse isolamento é perigoso. Há notícias de que capitais privados já começam a fluir para o México. Daqui a pouco o Brasil poderá ser dado como caso perdido e deixado à deriva. Com os problemas dos outros devedores bem encaminhados, nossa dívida de 80 ou 90 bilhões de dólares deixará de ser um fantasma para os credores, e nossos trunfos de barganha diminuirão.

Não desejamos, todavia, ser pessimistas. Admitamos que nosso caso continua sem solução, e, pior que isso, sem vislumbre de solução, apenas porque é o maior e o mais complicado — e não porque nossos negociadores são incompetentes; idéia que facilmente poderia ocorrer a observadores superficiais diante das evidências de que o vendaval financeiro mundial vai passando e o barco brasileiro continua sob ameaça de soçobrar, já agora em águas remansosas, o que equivaleria a morrer na praia, como diz o povo.

O fato, porém, é que temos uma missão do FMI pesquisando mais uma vez nossas contas e estatísticas internas; temos, por outro lado, a novidade inusitada (esta, sim, especial, em termos internacionais) de que na semana que vem desembarca aqui uma comissão de banqueiros enviada pelos credores privados.

O que vêm eles fazer? A mesma coisa que o pessoal do FMI está fazendo ou complementar o que o FMI fizer. O que não deixa de ser intrigante porque, até pouco tempo atrás, os credores privados limitavam-se a embarcar na mesma canoa do FMI — o que este assinasse, aprovasse ou liberasse, eles também assinariam, aprovariam e liberariam. Em algum momento, por algum motivo, as coisas mudaram e os credores privados, ao que tudo indica, resolveram caminhar com suas próprias pernas: preparam-se para formular eles próprios um programa de resgate do Brasil a prazo mais longo. Para isso precisam de informações e avaliações próprias, colhidas e formuladas sob sua ótica específica. E certamente, não duvidemos, terão condicionalidades também formuladas de acordo com essa ótica especial. Nossas autoridades dirão que se trata do reconhecimento de que o Brasil é um caso diferente; nós diremos que é apenas uma maneira de cuidar melhor dos interesses deles, pois devem ter constatado, nesse lapso de seis meses, primeiro, que o governo brasileiro foi inteiramente incapaz de cumprir qualquer das promessas constantes do acordo de dezembro, e, segundo, que o próprio FMI não teve condições de induzir o governo brasileiro à desejável dose de disciplina. Entrementes, nossos atrasados aumentam e nossa força moral diminui.

O problema maior não é exatamente saber qual será o novo esquema de resgate disciplinado, ou, se por força das circunstâncias — da impossibilidade de encontrar uma fórmula técnica que seja mutuamente satisfatória para os interesses dos nossos credores e para as necessidades mínimas da nossa população e da nossa economia —, seremos levados à indisciplina, ou seja, ao rompimento não desejado das negociações. Em outras palavras, se continuamos na busca de soluções pela negociação ou se mudamos para o caminho da suspensão unilateral das negociações — nos termos do que sugeria ainda ontem o prof. Celso Furtado. Esse problema encerra dificuldades técnicas e políticas.

Mas o problema maior, o que verdadeiramente nos inquieta, é que o nosso governo obviamente ainda não sabe, nem a esta altura, o que fazer como governo. Temos várias (e divergentes) opiniões de ministros sobre o que fazer, mas nenhuma delas representa uma posição de governo, pois este na verdade sofre de paralisia. E, além disso, a Nação, a sociedade, não está sendo preparada nem para uma opção nem para outra. Não está sendo corretamente informada, visto que as autoridades insistem em dizer que as coisas estão sendo resolvidas, quando na verdade é o contrário, estão-se agravando; e não está sendo psicologicamente preparada para o que terá de enfrentar. É evidente que o importante, neste momento,

seja qual for o desfecho dos episódios a que estamos assistindo, seria uma enorme dose de disciplina social, implantada de maneira democrática, lúcida e corajosa — porque mais do que de “sacrifícios” de todas as classes precisamos de disciplina de todas as mentes. Esta seria a tarefa prioritária da liderança máxima da Nação, que todavia se entrega à politiquice sucessória rasteira que poderá acabar atropelada pelo desdobrar da crise econômica.